

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -**

**CMADS**

**REQUERIMENTO N° DE DE DE 2016**

Requer a realização de Seminário, na cidade de Paraty/RJ, para debater sobre o papel de instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente no desenvolvimento territorial sustentável das comunidades tradicionais da Bocaina.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, realização de Seminário, na cidade de Paraty/RJ, para debater sobre o papel de instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente no desenvolvimento territorial sustentável das comunidades tradicionais da Bocaina.

Requeremos, ainda, que sejam convidados para esse seminário os seguintes expositores:

Para contribuir com os debates sobre o “Licenciamento Ambiental”:

1. Representante do Observatório LN
2. Representante do CGPEG-IBAMA/RJ
3. Representante de povos e comunidades tradicionais da região

Para contribuir com os debates sobre “Regularização fundiária e Conflitos Territoriais”:

1. Representante do Ministério Público Federal - MPF
2. Representante da Secretaria do Patrimônio da União - SPU
3. Representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
4. Representante de povos e comunidades tradicionais da região

Para contribuir com os debates sobre “Turismo Comunitário”:

1. Representante do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina - OTSS
2. Representante do Ministério do Turismo
3. Representante do Turisol
4. Representante de povos e comunidades tradicionais da região

**JUSTIFICAÇÃO.**

O território da Bocaina situa-se entre o litoral sul fluminense e o litoral norte de São Paulo e abriga um dos mais importantes remanescentes da Mata Atlântica do País situado entre importantes regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Vale do Paraíba. Sua conformação geológica é marcada pela proximidade

da Serra do Mar à linha de costa e oferta uma rica diversidade de ambientes desde as áreas mais elevadas até o complexo de ilhas na Baía de Ilha Grande.

Desde a ocupação européia no período colonial marcada pelo escoamento dos minérios das Minas Gerais, passando pela agricultura açucareira e até o ciclo do café no século XIX no Vale do Paraíba, um importante remanescente de populações tradicionais de matriz indígena, africana e miscigenados ocupa essa região, permanecendo durante centenas de anos com práticas culturais que resultaram no alto grau de conservação dos remanescentes de mata atlântica. Na década de 70, essa população assistiu o surgimento de uma dinâmica intensiva de transformação de seus territórios pela construção da BR 101, rodovia que liga São Paulo e Rio de Janeiro passando pelo litoral, que selaria o destino da região promovendo a atividade turística como principal atividades econômica.

As comunidades tradicionais de caiçaras, quilombolas e indígenas passam a ter seus territórios e modos de vida pressionados pela disputa de áreas para o estabelecimento de empreendimentos imobiliários, como loteamentos, condomínios de alto padrão e *Resorts*. Soma-se a esse impacto, o crescimento populacional do período provocado pela instalação das usinas nucleares em Angra dos Reis.

Os conflitos agrários se reproduzem no espaço e no tempo até os dias atuais pela região. O caso mais emblemático foi a disputa travada entre os Trindadeiros e a empresa BRASCAM pelas terras de Trindade, em Paraty, que apesar de ter sido aparentemente amortecida nos anos 80, reascende com o assassinato de um jovem em junho deste ano por funcionários da empresa. Além desse, podem ser citados o assédio sofrido pela comunidade de Laranjeiras até a venda de suas terras para o Condomínio Laranjeiras, e a resistência dos moradores da Praia do Sono perante essa mesma investida. Nos anos 80, foi a comunidade de São Gonçalo que resistiu à forte pressão da empresa White Martins, tendo o conflito levado à morte de uma de suas lideranças.

Desde a década de 70, a criação de unidades de conservações foi a principal estratégia adotada pelo estado para frear o ímpeto especulativo e hoje representam importante componente na governança do ativo econômico representado pela riqueza biológica e cultural estruturantes do território. Mas a implementação dessas áreas, sobretudo nas unidades de Proteção Integral, foi historicamente marcado pelo autoritarismo e centralismo das decisões nos órgãos públicos e baixa permeabilidade à agenda socioambiental das comunidades tradicionais.

O avanço institucional das lutas socioambientais representado pela constituição cidadã e os instrumentos jurídicos criados para ao reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas e mais recentemente a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, ao reconhecerem o direito dessas comunidades ao seu território e à reprodução material de sua cultura redefiniram o escopo de suas lutas no plano institucional.

Na região, em 2007, foi criado o Mosaico Bocaina pelo Ministério do Meio Ambiente visando à integração de agendas dos órgãos responsáveis pela gestão das áreas protegidas, representantes de movimentos sociais das comunidades tradicionais e sociedade civil. O mosaico compreende 18 unidades de conservação, 05 terras indígenas e 04 quilombos. O histórico enfrentamento forjou a necessidade de articulação entre a luta de diferentes localidades e grupos étnicos numa agenda única e representativa das comunidades tradicionais do território. Com esse objetivo foi criado o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

A partir dessa articulação, alguns eventos de discussão sobre o território foram construídos, como o I Encontro de Unidades de Conservação e Populações Tradicionais do Mosaico Bocaina em 2008 e o I Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina, em 2014. Este último em parceria com o Ministério Público Federal.

As conquistas socioambientais pelos territórios tradicionais enfrentam ainda hoje um contexto adverso que tende a se intensificar à medida que uma agenda conservadora se impõe na gestão do estado brasileiro e decisões políticas impactam o território. A proposta de um modelo de desenvolvimento territorial sustentável do território apoiado em suas vocações e práticas tradicionais, na formação de redes solidárias de oferta de serviços turísticos e produção de alimentos, confronta-se com um modelo neoliberal desenvolvimentista que se manifesta na região através do assédio e disputa por áreas, privatização de áreas públicas como praias e cachoeiras e na implementação de PPPs para a gestão de atrativos nas unidades de conservação. Além disso, a distância da representação dessas comunidades dos espaços de decisão sobre as obras de infraestrutura, seja no licenciamento ou no monitoramento das medidas compensatórias dos impactos causados, dificultam o controle social efetivo sobre o destino dos recursos econômicos.

A morte recente de um jovem na comunidade de Trindade; a alteração do Decreto de Criação da APA do Cairuçu pelo Decreto Federal 8.775, de 12 de maio de 2016 e a insegurança gerada sobre o regime de ocupação das terras e ilhas em Paraty; o intenso processo de criminalização de comunidades tradicionais pelo Parque Nacional da Bocaina no sertão de Ubatumirim, em Sp e Trindade, no RJ mostram que há uma desequilíbrio de forças e projetos, intensificando os conflitos socioambientais na região.

O momento atual exige uma ampla discussão do contexto, redefinição de compromissos na agenda entre estado e sociedade civil sobre os destinos das comunidades tradicionais e seus territórios na Bocaina. Retrocessos e paralizações na aplicação de instrumentos de defesa e garantia de seus direitos precisam ser avaliados e discutidos arranjos institucionais para efetivar os instrumentos que representam avanços.

O seminário proposto representa uma importante iniciativa de promover essa discussão na escala federal, sendo a Bocaina um território limítrofe entre dois estados e na Zona Costeira, com e de importância que justifica o envolvimento da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

Pelo exposto, requeiro nos termos regimentais e ouvido o Plenário a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões, 30 de Agosto de 2016.

**Deputado NILTO TATTO**  
**(PT/SP)**